



MULHERES EM MOVIMENTO MUDAM O MUNDO



As mulheres de todo o mundo se mobilizam cada vez mais em defesa dos seus direitos. Muito já foi feito para acabar com a discriminação, a intolerância, o machismo e sexismo. Mas muito ainda há a fazer para que as mulheres não sejam desrespeitadas, humilhadas e depreciadas. A luta por mais mulheres no poder e mais poder para as mulheres está ganhando novo impulso, com apoio de sindicatos, da CUT e de outras entidades que defendem o sistema de cotas e a criação de condições efetivas para que a mulher possa exercer em sua plenitude seu direito de disputar o poder.

Por isso, as mulheres dizem:

***Marcharemos até que todas sejam livres!
Lutaremos até que todas sejam livres!***



ATIVIDADES DA SECRETARIA PARA ASSUNTOS E POLÍTICAS PARA MULHERES EDUCADORAS DO SINPRO-DF DE 2007 A 2010



28 de fevereiro de 2007

Reunião do Coletivo de Mulheres da CNTE.

07 e 08 de dezembro de 2007

Curso de Oratória Sindical para Mulheres na CUT/DF

08 de março de 2008

Lançamento da 1ª Edição do Jornal Sinpro – Mulher

15 de março de 2008

Oficinas às 9h.
Local: subsede de Taguatinga - Filme
Pauta – Discussão da Violência contra as Mulheres

26 de abril de 2008

Oficinas às 9h. Local: sede do SINPRO/DF
Pauta – Discussão da Violência contra as Mulheres

03 a 05 de março de 2008

IV Seminário Regional da Rede de Trabalhadores da América Latina - CNTE

12 e 13 de setembro de 2008

III Encontro de Mulheres Educadoras – na CONTAG, SINPRO e SAE.

?? novembro de 2008

Publicação da 2ª Edição do jornal SINPRO Mulher.

22 de novembro de 2008

Ato Público pelo fim da violência contra a Mulher. CUT e Marcha Mundial de Mulheres.

13 de fevereiro de 2009

Reunião do Coletivo de Mulheres Educadoras do SINPRO/DF.

18 de fevereiro de 2009

Reunião do Coletivo Estadual de Mulheres da CUT/DF.

05 de março de 2009

Pré-lançamento da Campanha por Igualdade de Oportunidades da CUT e debate sobre o eixo “ Creches: garantia de direitos e papel das políticas públicas para a construção da autonomia das mulheres”. CUT e SINPRO/DF.

06 de março de 2009

Participação na Sessão Solene em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. Câmara Legislativa.

06 de março de 2009

Show em homenagem ao dia Internacional da Mulher. Cervejaria Caixa D'Água. CUT/DF, SINPRO/DF, SAE/DF, SINDSER/DF e SINDPD/DF.

06 de março de 2009

Participação na Sessão Especial de Julgamento com apreciação de requerimentos de anistia política de mulheres que atuaram na resistência à ditadura militar. Ministério da Justiça.

07 de março de 2009

Participação no Ato político – cultural no Parque da Cidade em comemoração ao dia Internacional da Mulher. CUT/DF.

26 de março de 2009

Ato em defesa da creche pública. SINPRO/DF e CUT/DF.

16 de abril de 2009

Participação na reunião do Coletivo de Mulheres da CUT/DF.

09 e 10 de março de 2009

Participação no Seminário “Mais mulheres no poder: uma questão de democracia. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

16 a 18 de março de 2009

Participação na 3ª Reunião da Rede Sub-regional Cone Sul da Rede de Trabalhadoras da Educação da América Latina. São Paulo.

?? junho 2009

Publicação da 3ª Edição do jornal SINPRO Mulher.

25 de junho de 2009

Participação no Seminário Nacional “A Reforma Política no Brasil”.Câmara dos Deputados.

06 de agosto de 2009

Participação no lançamento do Prêmio de “Boas Práticas na Aplicação da Lei Maria da Penha”.Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

ORGANIZAÇÃO, IGUALDADE E LUTA



Quando assumimos a gestão da Secretaria de Mulheres do SINPRO, no início de 2007, assumimos também o compromisso de fortalecer as pautas e a participação política das mulheres, não apenas em nosso sindicato, onde somos a maioria, mas em todos os espaços da sociedade. Com vistas a fortalecer nossa intervenção interna, propusemos e aprovamos uma mudança estatutária que garante às mulheres paridade de participação em todas as instâncias do Sinpro: no mínimo 45% das vagas deve ser reservada para um dos gêneros. Fomos o único Sindicato do Distrito Federal a implementar a paridade, indo além da cota mínima de 30% estabelecida pela CUT. Esta foi, sem dúvida, uma das principais conquistas do nosso mandato.

Um dos maiores indícios da desigualdade entre mulheres está justamente nesta constatação de que, apesar de sermos maioria numérica na composição populacional, ainda estamos subrepresentadas nos espaços de poder e decisão. E isto se verifica nos locais de trabalho, na política institucional e até mesmo na família.

A inferiorização das mulheres ocorre a despeito de suas condições econômicas e do seu nível de escolaridade. Apesar das mulheres representarem mais de 45% da População Economicamente Ativa do Brasil (IBGE/2008) e de terem em média mais anos de estudo que os homens, as relações de poder historicamente construídas através da divisão sexual do trabalho, continuam reproduzindo uma realidade de opressão, cuja manifestação mais cruel é a violência.

Atentas a esta realidade e ao potencial de influência de nossa categoria para operar uma mudança cultural, fizemos um esforço contínuo para envolver toda a base do Sindicato nos debates e atividades da Secretaria.

Durante este período, criamos o coletivo de mulheres educadoras do SINPRO, organizamos diversas atividades de formação e mobilização, a exemplo das oficinas sobre a questão da violência contra a mulher, do seminário “Mais Mulheres no Poder, Mais Poder para as Mulheres” e do Ato Público em defesa de creches. Participamos periodicamente das reuniões e demais atividades do coletivo de mulheres trabalhadoras da CUT-DF, discutindo e fortalecendo as políticas da Central.

Estivemos representadas em atividades da CUT e da CNTE e construímos, em parceria com outras organizações e movimentos de mulheres do DF, diversas ações em defesa dos direitos da mulher, contribuindo a partir de nossa realidade como educadoras. No escopo destas ações, nos mobilizamos para defender a aplicação rigorosa da Lei Maria da Penha no DF, convocando as mulheres educadoras a levarem a discussão sobre o machismo, o sexismo e a violência para dentro das escolas. Acreditamos que a construção de um mundo mais justo e igualitário passa também, e primordialmente, pelo ambiente escolar, através da implementação de métodos e conteúdos não sexistas.

Criamos o Jornal Sinpro Mulher, que hoje está em sua quinta edição. A decisão de criar esta publicação teve o objetivo de divulgar nossas ações e levar nossa pauta àqueles e àquelas que, por razões diversas, não puderam participar de nossas atividades. Além disso, faz parte de uma estratégia que nós mulheres educadoras também defendemos, de termos instrumentos de comunicação autônomos e comprometidos com a luta do(a)s trabalhador(a)s.

Sabemos que os avanços conquistados ainda são pequenos diante dos desafios que a realidade nos coloca, mas encerramos esta gestão com a certeza de que contribuimos para colocar a luta das mulheres educadoras em um novo patamar.

Assina Eliceuda França (foto)- Coordenadora da Secretaria de Políticas para Mulheres Educadoras.

“Estamos construindo um mundo no qual a diversidade é uma virtude; tanto a individualidade como a coletividade são fontes de crescimento; onde as relações fluem sem barreiras; onde a palavra, o canto e os sonhos florescem. Esse mundo considera a pessoa humana como uma das riquezas mais preciosas. Um mundo no qual reinam a igualdade, a liberdade, a solidariedade, a justiça e a paz. Este mundo nós somos capazes de criar.”
(Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade)



06 de novembro de 2009

Seminário de Mulheres Educadoras do SINPRO – “ Mais mulheres no poder, mais poder para as mulheres”.

13 de novembro de 2009

Publicação da 4ª edição do jornal SINPRO Mulher.

25 de novembro de 2009

Palestra sobre DST/AIDS no presídio feminino.

03 de março de 2010

Participação na Ciranda em defesa de um mundo melhor para todas as Mulheres Comemoração ao Dia Internacional da Mulher. Local: Praça dos Três Poderes
Secretaria para Assuntos e Políticas para Mulheres Educadoras

05 de março de 2010

Exibição do filme “AS MULHERES E OS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL” com debate e coquetel em comemoração ao Dia Internacional da Mulher
Local: Sede do SINPRO



DELEGAÇÃO DE MULHERES DO DF PARTICIPA DA TERCEIRA AÇÃO INTERNACIONAL DA MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES EM SÃO PAULO



corrupção orgânica do Governo Arruda, que, ao mesmo tempo em que desviava recursos e facilita os negócios de alguns, desmontava os serviços públicos, precarizando as condições de vida do povo e sobrecarregando ainda mais as mulheres. Nossa delegação também organizou um ato de solidariedade às companheiras do México, onde a violência machista tem elevado o número de assassinatos de mulheres. Outra pauta levantada foi a questão da homossexualidade feminina. Durante toda a ação, companheiras do DF e

de outros estados organizaram intervenções para dar visibilidade à causa.

A distância média percorrida pelas marchantes variou entre oito e quinze quilômetros por dia. Como as condições físicas eram bastante heterogêneas, foi preciso adotar um ritmo bastante lento, chegando a levar quase seis horas para cumprir os percursos mais longos. O almoço, que estava sendo produzido por uma equipe de voluntárias em uma cidade próxima, era entregue diariamente por um caminhão em marmitas, assim como a janta.

Entre uma refeição e outra, as marchantes descansavam, faziam sua higiene pessoal e participavam de espaços de formação diários sobre os eixos da ação: autonomia econômica das mulheres, bens comuns e serviços públicos, violência contra a mulher e paz e desmilitarização. Além de ser um espaço aberto à comunidade local, as atividades de formação receberam convidadas ilustres, que vieram contribuir e apoiar nossa ação, a exemplo da pesquisadora Helena Hirata e da médica cubana Aleida Guevara – filha do revolucionário Che Guevara.

Também houve momentos de descontração e celebração. Na noite do dia 13, em Várzea Paulista, fomos presenteadas com um show musical que contou com a nossa candanga Ellen Oléria e com a sambista Leci Bandão.

Assim, embaladas pelo entusiasmo de sua luta, mais de três mil mulheres seguiram marchando até o último dia. E chegaram a São Paulo atrasando o trânsito da “cidade que não para”; fazendo-se ver e ouvir por todos aqueles que ainda consideram a mulher um ser inferior, invisível, descartável.

Março foi apenas o início da III Ação da Marcha Mundial das Mulheres, que segue realizando atividades em diversos países do mundo até o mês de outubro. Findo este período, encerra-se a III Ação, mas a luta continua.

Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres!

Contato para a marcha no DF : pola@cutdf.org.br



ENQUANTO NÃO HOVER IGUALDADE, A MARCHA CONTINUA

Secretária de Meio Ambiente da CUT e também representante da Contag, Carmen Foro, ressaltou que o movimento feminista sai fortalecido. “Deixamos nossas casas e nossos afazeres porque acreditamos que podemos mudar o mundo. Vamos seguir em marcha até que tenhamos o fim da violência, a reforma agrária para fortalecer a agricultura familiar, a divisão sexual do trabalho, salário justo e para que todas tenham direito a decidir sobre o próprio corpo. Cada uma de nós voltará para o lugar onde vive e construirá um feminismo mais forte.”

A Secretária da Mulher Trabalhadora, Rosane Silva, afirmou que a mudança exige unidade. “Nesses 10 dias mostramos que somos capazes não apenas de organizar as mulheres, mas também a classe trabalhadora e promover a transformação do mundo para um modelo feminista e socialista. Porém, sozinhas não vamos chegar a lutar algum e por isso a CUT compõe desde o início a Marcha Mundial de Mulheres. Acreditamos em um outro modelo de desenvolvimento mais justo, solidário e igualitário.”



JOÃO, JOÃO, COZINHA O SEU FEIJÃO. JOSÉ, JOSÉ, COZINHA SE QUISER, ZECA, ZECA, LAVA SUA CUECA. RAIMUNDO, RAIMUNDO, LIMPA ESSE CHÃO IMUNDO”.

Os gritos de luta entoados pelas mulheres tratam de forma bem-humorada de um tema discutido pela marcha mundial das mulheres, a necessidade de divisão do trabalho doméstico.



CIRANDA DO PODER NA PRAÇA DOS TRÊS PODERES

A programação do mês da mulher começou com dança, música e busca pelos direitos das mulheres em pleno cenário de algumas das decisões políticas no país. No dia 03 de março uma parceria entre o Sindicato dos Professores no Distrito Federal (Sinpro-DF), a Secretaria da Mulher Trabalhadora da CUT-DF e a Marcha Mundial das Mulheres levou mais de 50 pessoas entre alunos da rede pública, movimentos sindicais, professores e organizações dos movimentos de mulheres no DF à Praça dos Três Poderes para a Ciranda do Poder, dando um nítido sinal da importância da união feminina na sociedade brasileira. Empunhando bandeiras com temas de lutas históricas, como a igualdade salarial, a busca pela participação política e referências sobre o 8 de março, data em que comemora-se os 100 anos do Dia Internacional da Mulher, as mulheres inseridas nas mais diferentes ramificações sociais fizeram um ato simbólico por melhores condições de vida e maior espaço nas mais variadas áreas de atuação. Segundo a diretora do Sinpro e uma das organizadoras da



Ciranda do Poder, Eliceuda França, o objetivo da atividade foi falar da participação das mulheres e da necessidade de aumentar os espaços delas no poder onde elas estão inseridas.

“No ritmo dessa Ciranda nós estamos na luta e na defesa

de um mundo melhor, para todas e todos. Dançar ciranda nesta praça, onde é o coração político dos poderes, ainda quando comemoramos o Dia Internacional da Mulher (8 de março), é significativo para nós. Temos a real possibilidade de, pela primeira vez no país, eleger uma mulher para presidente e muitas outras. Cirandar para garantir mais mulheres nos espaços de poder e decisão e assim fortalecer a democracia em nosso país é nosso objetivo”, finaliza a diretora Eliceuda.

HISTÓRIA - Há 100 anos, durante a 2ª Conferência Internacional das Mulheres Socialistas em Copenhague, Dinamarca, a alemã Clara Zetkin propôs a criação de um dia internacional da mulher. A escolha do 8 de março ainda gera polêmica, já que os registros históricos indicam que seria uma homenagem à iniciativa de operárias russas que nessa data realizaram uma greve contra a fome, a guerra e o czarismo. Porém, durante décadas a história de que a referência seria a morte, em 1857, de 100 tecelãs norte-americanas em greve pela redução da jornada de trabalho, vítimas de um incêndio criminoso, serviu como referência.



LUGAR DE MULHER É NA POLÍTICA



Pela primeira vez na história do País, o eleitor brasileiro tem duas mulheres pré-candidatas com reais condições de disputar o cargo de Presidente da República do Brasil. Dilma Rousseff, do PT, que tem o apoio do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e Marina Silva, do PV, com prestígio no Brasil e no mundo por sua luta ambientalista. Um cenário político que torna as eleições de 2010 muito importantes para definição dos rumos da nação brasileira nos próximos anos. Pois estão em pauta a continuidade e o aprofundamento do ciclo de mudanças iniciado em 2002 ou o retrocesso neoliberal, bem como a aplicação da lei 12.034/09 na parte específica das mulheres, para melhorar sua participação no poder. Aquém – O número de mulheres que conquistaram um lugar no legislativo nas últimas eleições foi insignificante na avaliação de especialistas. Em 2006, apenas três governadoras foram eleitas, uma representatividade de somente 11%. Na Câmara Federal, 45 deputadas se elegeram, o equivalente a 8,9% dos congressistas da Casa. No Senado Federal, a proporção chega a ser um pouco maior, pois existem, hoje, dez senadoras, o correspondente a 12,3% da Casa. Nas eleições municipais, foram eleitas 505 prefeitas, 9% do total. “Não tem mais mulher dentro desse plenário, não é por-

que mulher não quer ser política, é porque, realmente, política nesse país sempre foi para macho, para branco e para rico. As coisas estão mudando, mas muito devagar”, declarou a senadora Serys Slhessarenko, eleita pelo PT do Mato Grosso. Na avaliação da senadora, “A participação das mulheres na política e em altos cargos de empresas é muito limitada por causa do preconceito”. A senadora é uma das integrantes da Comissão Tripartite, instituída pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) para elaborar proposta de revisão da Lei Eleitoral.

Tivemos em 2009 aprovação da Lei nº 12.034 para vigorar já nas eleições de 2010. Não foi a reforma política necessária, pois foi apenas uma minireforma, restrita apenas à questão eleitoral. Em relação às reivindicações das mulheres foi a constituição da comissão tripartite, instituída pela Portaria nº 15 de 11 de março, coordenada pela Secretaria Especial de Política para Mulheres (SPM) – composta por representantes do Executivo, do parlamento e da sociedade civil. Com o objetivo de discutir, elaborar e encaminhar a proposta de revisão da Lei nº 9.504/1997, que estabelece normas para as eleições. Em dezembro, a Comissão apresentou seu relatório final e o Anteprojeto da Lei para ampliar a participação polí-

tica das mulheres. Segundo a ministra Nilcéa Freire, da SMP, o texto produzido pela Comissão “tem a marca do sonho”, disse, ao explicar que o anteprojeto trás o ideal que se quer para o futuro. De acordo com Liége Rocha, do Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres dos Partidos Políticos, a Comissão Tripartite cumpriu uma difícil missão. “Mas agora é preciso garantir que o que foi conquistado, que não é o ideal, mas foi o possível, seja cumprido”, afirmou.

Uma pesquisa feita pelo Ibope/Instituto Patrícia Galvão/Cultura mostrou que a grande maioria da população brasileira, 75%, apóia a política de cotas para as mulheres e um número ainda maior, 86%, declarou concordar com a atual legislação, que pune os partidos políticos que não cumprem a meta de 30% de candidaturas femininas. Se a política levar em conta o que apontam as pesquisas, o estudo do Ibope/Instituto Patrícia Galvão apontou ainda que 90% dos brasileiros elegeriam uma mulher para cargo público. “A sociedade brasileira certamente ganharia muito com a inclusão de mais da metade da população na vida política, pois passaria a contar com a participação das mulheres nas decisões e na busca de soluções para os graves problemas do País, além de contribuir para elevar o nível de democracia e de civilização no Brasil”, avalia a deputada Luiza Erundina.

Fonte: *Revista Mátria, da CNTE*

Participação política das mulheres (linha do tempo)

- 1927** – O Rio Grande do Norte torna-se o primeiro estado a permitir o voto feminino.
- 1928** – Uma mulher é escolhida para um cargo eletivo no Rio Grande do Norte.
- 1932** – O direito ao voto torna-se nacional, mas com restrições.
- 1933** – Eleita a primeira deputada federal.
- 1934** – Acabam as restrições ao voto feminino, mas ainda não é obrigatório.
- 1946** – O voto feminino torna-se obrigatório.
- 1982** – Primeira ministra de estado. Foi na pasta de educação.
- 1979** – Primeira mulher a ocupar o cargo de senadora (suplente).
- 1990** – Eleitas as primeiras mulheres senadoras.
- 1994** – Eleita a primeira governadora.



ESTATUTO GARANTE COTAS PARA GÊNERO

Um dos avanços aprovados pelo Congresso dos Trabalhadores em Educação (CTE) foi a alteração aprovada no estatuto do Sinpro de uma cota de pelo menos 45% da diretoria para gênero. Na opinião da diretora da Secretaria de Mulheres

do Sinpro, Thais Romanelli, essa é mais uma conquista da mulher educadora. “Nossa categoria é majoritariamente feminina, e assim garantimos a participação de todos e todas na composição da diretoria da entidade” entende ela.

A OPINIÃO DAS EDUCADORAS



A cota de professoras na direção do Sinpro, amplia e garante os espaços da mulher trabalhadora da educação na direção sindical. A mulher professora é a maioria na base e será, conforme garantido na luta, no mínimo de 45% de presença obrigatória na próxima Diretoria Colegiada do Sinpro. É a democratização do espaço sindical, o reconhecimento pela luta feminina de mais de trinta anos.

Fátima Nunes
(professora aposentada).



A garantia de cotas em 45%, no mínimo, para cada gênero, na composição da próxima Diretoria Colegiada do SINPRO, me deixou muito feliz.

Nós mulheres, temos agora a oportunidade de estarmos à frente deste que é um dos maiores sindicatos do país, com direito a voz e a voto.

Acredito que possamos corrigir assim, uma falha que durou décadas.

Verônica da Silva de Oliveira
Arte Educadora
CEM 12 de Ceilândia

DF E POLÍTICAS PARA MULHERES: 50 ANOS DE QUE?



Neste ano em que Brasília completa seu 50º aniversário, em meio a vergonhosos escândalos de corrupção envolvendo membros do alto escalão do GDF, da Câmara Legislativa e do judiciário local, é necessário que façamos um balanço para tentar compreender quais são os desafios que estão postos hoje para a classe trabalhadora do Distrito Federal, especialmente

para as mulheres trabalhadoras.

Primeiro, é importante observar que todas as denúncias que vieram à tona recentemente são apenas amostras de um esquema que começou há muito tempo e instalou-se gradativamente no GDF durante os quatro mandatos do Governo Roriz, tendo sido recepcionado por Arruda, como já se sabe, ainda antes de sua eleição. E um candidato que assume tantos “compromissos promíscuos” para se eleger, obviamente irá Governar em benefício dos que o elegeram. Foi o que assistimos acontecer no DF nos últimos três anos. Um consórcio de empresários e políticos corruptos, fechando contratos milionários sem respeitar qualquer regra ou princípio republicano; lucrando às custas do sofrimento da população. Além do desmonte dos serviços públicos de saúde, educação e transporte, o Plano Diretor de Ordenamento Territorial

(PDOT), aprovado à toque de caixa na Câmara Legislativa, ampliou de tal forma a crise habitacional do DF que é difícil acreditar numa recuperação.

Sabemos que o desmonte dos serviços públicos tem um impacto econômico enorme na vida dos trabalhadores, principalmente das mulheres. Se o Governo não disponibiliza atendimento de saúde, são elas que assumem o cuidado dos familiares enfermos. Se não há investimento em educação e, consequentemente, não há vagas para as crianças em creches públicas, são as mulheres da classe trabalhadora, que não tem condições de arcar com as despesas de um serviço privado, que se responsabilizam pelo cuidado e pela educação dos filhos. Com o preço do aluguel nas alturas e sem condições de pagar uma prestação de imóvel (resultado da especulação imobiliária), tendo que cumprir longas distâncias num transporte caro e sem nenhuma segurança, para trabalhar numa ocupação precarizada longe de casa, muitas famílias precisam fazer uma opção. E como o trabalho dos homens normalmente é melhor remunerado e tem mais garantias, são as mulheres que abrem mão de seus empregos, para cumprir tarefas domésticas que deveriam ser compartilhadas não apenas com seus parceiros, mas com o Estado.

Além do impacto econômico, o desmonte ou a falta de investimento em serviços públicos ajuda também a reproduzir a desigualdade de gênero, mantendo as mulheres confinadas ao mundo privado. Além das consequências materiais e imediatas, isso gera uma desi-

gualdade simbólica e efeitos de longo prazo que precisamos considerar.

As políticas para mulheres no Governo Arruda não sofreram apenas omissões e ataques indiretos. O conselho de Defesa dos Direitos da Mulher foi, até pouco tempo, coordenado por um homem. As verbas públicas federais destinadas ao combate à violência e ações de defesa dos direitos das mulheres não foram aplicadas. A Casa abrigo, que recebe vítimas de violência doméstica, foi mantida precariamente através de doações.

Neste ano de eleições, precisamos analisar que políticas e que práticas foram adotadas pelos Governadores Roriz e Arruda e qual foi o legado que ambos deixaram para o DF. Portanto, o desafio da classe trabalhadora do DF e, sobretudo das mulheres é trabalhar na construção de uma pauta que comprometa os candidatos e candidatas dos partidos de esquerda na construção de uma alternativa política real para nossas cidades. Além de um compromisso ético, nossos candidatos devem ter comprometimento com pautas que ampliem a democracia, respeitem os direitos humanos e garantam a sustentabilidade do desenvolvimento social, econômico e ambiental. E dentre estas pautas devemos incluir bandeiras históricas das mulheres, que nos permitam construir um DF mais justo e democrático nos próximos 50 anos.

Assina: **Rejane Pitanga** (foto) - Presidente da CUT-DF e diretora do Sinpro.

SEMINÁRIO DA CUT LEMBRA CONQUISTAS DAS MULHERES

Mesmo com tantas conquistas obtidas ao longo de um século a luta das mulheres ainda continua. Durante seminário realizado pela Secretaria da Mulher Trabalhadora da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no mês de março, a reivindicação por direitos básicos foi a tônica do encontro. Apesar dos avanços conquistados nos últimos anos como a ampliação da licença maternidade para seis meses e o combate à violência doméstica por meio da criação da Lei Maria da Penha, ainda há discrepâncias especialmente em relação aos salários entre homens e mulheres. “O Brasil já ratificou a Convenção 100 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – que trata de remuneração igual para trabalho de igual valor –, mas após a aprovação cada nação deve se adequar ao que dispõe a norma”, diz Rosane Silva da Secretaria da Mulher Trabalhadora da CUT. Como forma de contribuir para colocar a con-

venção em prática, um estudo nacional sobre as disparidades salariais entre os gêneros foi realizado durante o seminário. O resultado será apresentado até o final de 2010, já com uma proposta de lei própria para o País. Segundo Rosane Silva, seja qual for a motivação, a realidade é que mesmo após um século a pauta de reivindicação das trabalhadoras ainda inclui direitos básicos.

“Apesar de 30% das famílias serem chefiadas por mulheres, o salário das trabalhadoras é considerado pelos patrões como uma ajuda no orçamento doméstico. Queremos que homens e mulheres tenham direito a se dedicar durante seis meses aos filhos recém-nascidos como forma de dividir as responsabilidades e também de acabar com o discurso de empregadores que justificam a não contratação de nossas companheiras devido ao período de licença”, explicou Rosane.





DECISÃO DO STJ É RETROCESSO NA LEI MARIA DA PENHA

As entidades ligadas ao movimento feminista consideraram um verdadeiro retrocesso a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de determinar que nos casos de lesões corporais leves cometidas em decorrência de violência doméstica e familiar contra as mulheres, a ação penal procederá apenas mediante representação da vítima. Com efeito vinculante para a Justiça de todo o país, a medida desvirtua a Lei Maria da Penha (11.340/2006) e afronta o direito das brasileiras a uma vida livre de violência.

Para o Cfêmea – Centro Feminista de Estudos e Assessoria, organização não-governamental feminista e anti-racista, a exigência da representação para prosseguimento da ação penal nos casos de violência física contra as mulheres (lesão corporal de natureza leve) nega eficácia e desvirtua os propósitos da nova Lei. Perguntar a uma mulher, que após anos de violência consegue finalmente registrar uma ocorrência policial, se ela “deseja” representar contra seu marido ou companheiro é desconhecer as relações hierárquicas de gênero, o ciclo da violência e os motivos pelos quais as mulheres são obrigadas a “retirar” a queixa: medo de novas agressões, falta de apoio social, dependência econômica, descrédito na justiça.

Ao votar pela exigência da representação para dar prosseguimento à ação penal, os ministros (as) do STJ Nilson Naves, Felix Fischer, Arnaldo Esteves Lima, Maria Thereza de Assis Moura, Jorge Mussi e o desembargador Celso Limongi consentiram a violência institucional perpetrada pela tolerância do sistema de justiça criminal a essa violência contra as

mulheres, violando seu direito à vida, integridade, intimidade, privacidade e saúde. A resolução do conflito que cabe ao Judiciário voltou a ser um ônus para as mulheres.

A Lei Maria da Penha foi criada para por fim à ineficácia da legislação anterior e à negligência do sistema de justiça criminal na garantia da integridade física e psíquica das mulheres. Os dispositivos e objetivos por ela contemplados são amparados pela Constituição Federal e, no direito internacional dos direitos humanos das mulheres, encontram respaldo na Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Convenção CEDAW) e na Convenção Inter-Americana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará) e nas recomenda-

ções dos comitês da ONU que monitoram o cumprimento dos tratados internacionais de direitos humanos. E ainda, nas recomendações da Comissão de Direitos Humanos da OEA ao Brasil, no caso de Maria da Penha Fernandes, amplamente conhecido e que deu origem ao nome da Lei.

A decisão do STJ também contraria explicitamente o texto da Lei 11.340/2006. O delito de lesão corporal leve requer a representação da vítima para o prosseguimento da ação penal porque esta é uma exigência instituída pelo artigo 88 da Lei 9.099/1995. Entretanto, no caso de violência perpetrada contra as mulheres, o artigo 41 da Lei Maria da Penha é claro: Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei no 9.099, de 26 de setembro de 1995. Afastada a aplicação da Lei

9.099/1995, fica clara a opção pela ação penal pública incondicionada à representação.

Além disso, logo em seu artigo 4, a Lei dispõe: Na interpretação desta Lei, serão considerados os fins sociais a que ela se destina e, especialmente, as condições peculiares das mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Em nota divulgada logo após a decisão, em fevereiro, o Cfêmea reitera que manter a ação penal incondicionada à representação nos delitos de lesão corporal leve contra as mulheres não só é legalmente viável, como também é um mecanismo imprescindível para assegurar os direitos conquistados pelas brasileiras na Lei Maria da Penha.



SAÍDA PODE SER PROJETO QUE TRAMITA NO SENADO

Titular da delegacia especial de atendimento à mulher (Deam) de Brasília, a delegada Sandra Gomes Mello afirma que são incontestáveis os avanços no combate à violência à mulher com a Lei Maria da Penha. Ela cita as medidas judiciais protetoras da mulher e a prisão preventiva do autor das agressões caso haja reincidência na agressão.

Ela lamentou o entendimento do STJ de que a mulher deve ter a possibilidade de dizer se quer que o processo continue em caso de lesão corporal leve. “Nós que estamos aqui no dia a dia dessa realidade, constatamos que a mulher em situação de

violência doméstica mantém ou manteve uma relação afetiva com o agressor. É muito complicado colocar nos ombros dela essa decisão”, afirma ela. Sandra acredita que uma posição firme das autoridades protege a mulher. Segundo ela, muitas vezes o homem pressiona para que ela retire a queixa e antes da lei muitas vezes isso acontecia. “É assim que se forma o círculo vicioso da violência, e a lei veio sanar isso”, afirma.

Para a promotora de Justiça Laís Cerqueira Silva, do Núcleo de Gênero Pró-Mulher do Ministério Público do DF, o movimento de mulheres deve se mobilizar para aprovar o projeto de lei que está

tramitando no Senado que modifica o Código Penal, acrescentando ao artigo 129 um parágrafo determinando expressamente que os crimes de lesões corporais de natureza leve praticados mediante violência doméstica contra a mulher sejam processados através de ação penal pública incondicionada.

“Teríamos um resultado muito mais rápido do que levar a questão ao Supremo Tribunal Federal”, defende ela. Ela acredita que a aprovação do presente projeto poderá sanar de vez as dúvidas existentes e diminuir a violência praticada contra as mulheres.



SINPRO LANÇA CARTILHA PARA ORIENTAR SOBRE A LEI

A Secretaria de Mulheres Educadoras está realizando palestras nas escolas com as diretoras do Sinpro, professores (as) e estudantes sobre a Lei Maria da Penha e como trabalhá-la em sala de aula. Também distribuimos uma cartilha para cada professor e professora sindicalizados (veja foto). Ligue para a secretaria de mulheres do Sinpro e agende também a exibição de filme sobre a violência.



COLETIVO DA DIVERSIDADE QUER REDUZIR PRECONCEITO

Pedro (nome fictício) dava aulas em uma escola estadual de Poracatu, noroeste de Minas Gerais, e lá se sentiu constrangido com as declarações de um aluno de 14 anos. “Ele fazia insinuações, comentários impertinentes e escreveu numa prova que me amava”, conta o professor. Sem saber o que fazer, Pedro levou o caso à direção, que chamou o pai do menino. “A direção falou com o pai antes de conversar com o garoto. O pai, envergonhado, partiu pra cima do filho, deu um soco nele e disse que o filho tinha que virar homem”, revela.

Para a CNTE, a comunidade escolar – pais, alunos ou educadores – não está totalmente preparada para lidar com a homossexualidade em sala. “Queremos facilitar que esse assunto seja tratado com normalidade nas escolas e que os jovens não sofram tanto com o preconceito em sala de aula”, explica José Carlos Prado, o Zezinho, secretário adjunto de Política Sindical da CNTE e integrante do Coletivo Nacional de Diversidade Sexual da Confederação.



Esse Coletivo foi criado pela CNTE durante o I Encontro Nacional LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), promovido pela Confederação em outubro de 2009. O grupo, que tem sua primeira reunião marcada para março de 2010, tem dois representantes de cada entidade afiliada à CNTE. Seu objetivo é fortalecer as discussões sobre esse tema entre os educadores. “Não podemos esquecer de

que a escola é um local privilegiado da sociedade e deve apresentar toda a diversidade existente no País”, afirma Zezinho.

É importante salientar que o Sindicato dos Professores no Distrito Federal (Sinpro-DF) tem desenvolvido através da Secretaria de Raça e Sexualidade o debate sobre a diversidade sexual, promovendo seminários e participação em encontro de organizações da sociedade civil. Os diretores responsáveis pela Secretaria de Raça e Sexualidade são Misael Barreto (foto), Wiviane Farkas e Rosemeire Rodrigues.

EM DIA COM AS DENOMINAÇÕES

Durante a 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, em 2008, os participantes alteraram a sigla GLBT para LGBT, para fortalecer as reivindicações das lésbicas. “Há, também, a reivindicação de alguns/algumas pelo segmento intersexual”, afirma Carmen Luiz, da Liga Brasileira de Lésbicas.

LÉSBICAS

Mulheres que se relacionam afetiva e sexualmente com mulheres. Algumas têm relacionamentos circunstanciais com outras mulheres: em situações prisionais, trabalhando como profissionais do sexo, buscando, entre outras coisas, segurança e conforto, mas não se assumem como lésbicas.

GAYS

Homens que se relacionam afetiva e sexualmente com homens. Também entre homens acontecem relacionamentos circunstanciais onde alguém ou ambos não assumem uma identidade gay, como entre homens encarcerados, michês (homens profissionais do sexo) e, com muita frequência, em episódios de violência sexual.

BISSEXUAIS

Bissexuais masculinos: homens que se relacionam afetivo-sexualmente com homens e com mulheres. Bissexuais femininas: mulheres que se relacionam afetivo-sexualmente com homens e com mulheres.

TRAVESTIS

Travestis femininas: homens que se identificam com a imagem e o estilo feminino, que desejam e se apropriam de indumentárias e adereços da estética feminina, podem transformar seus corpos por meio da ingestão de hormônios, aplicação de silicone

industrial ou por cirurgias de correção estética e do implante de próteses. Travestis masculinos: mulheres que se identificam com a imagem e o estilo masculino, que desejam e se apropriam de indumentárias e adereços da estética masculina, e realizam com frequência a transformação de seus corpos através da ingestão de hormônios.

TRANSEXUAIS

Transexuais femininas: homens que não se identificam com seus genitais biológicos nem com suas atribuições socioculturais, podendo, por meio da cirurgia de transgenitalização, exercer sua identidade de gênero em consonância com seu bem-estar biopsico-social. Transexuais masculinos: mulheres que não se identificam com seus genitais biológicos nem com suas atribuições sócio-culturais, podendo, por meio do processo transexualizador (que, entre outras ações, inclui a cirurgia de transgenitalização), exercer sua identidade de gênero em consonância com seu bem-estar.

INTERSEXUAIS

Homens e mulheres biológicos (alguns/algumas com genitália ambígua), que não se identificam nem com o gênero masculino nem com o feminino e não querem passar nem por homens nem por mulheres. (com informações da Revista Matria, da CNTE)





AS MULHERES E OS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

No dia 6 de março foi exibido na sede do Sinpro-DF o filme *As Mulheres e os Direitos Humanos no Brasil*, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. A atividade reuniu várias professoras e companheiras de diversos movimentos sindicais. Durante o filme foi proposto um debate com base nos contextos históricos abordados no documentário e na fala de mulheres que participaram de momentos importantes da história. Segundo a Secretaria de Mulheres do Sinpro-DF um dos objetivos foi a comemoração da data de uma forma política, com a preocupação de ampliar o debate e a luta pela conquista de espaço na sociedade. Logo após a exibição foi oferecido um coquetel. “A exibição do filme foi importante porque muita coisa que tem aqui enquanto categoria, ou-

tras mulheres, que até estão muito próximas a nós, não tem. O sindicato desenvolve este tipo de trabalho, por meio da Secretaria de Mulheres educadoras, por isto estamos em um patamar mais evoluído, no sentido de direitos e respeito, mas esta realidade não corresponde para a maioria das mulheres, que passam por desrespeito”, argumenta a diretora Maria Augusta.



CURSO DE ORATÓRIA PARA AS MULHERES

Em comemoração ao mês das mulheres a Secretaria da Mulher Trabalhadora, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), promoveu, dias 5 e 6 de março, no auditório da CUT-DF (SDS, Ed. Venâncio V, Subsolo), um curso de oratória para dirigentes sindicais com o jornalista Vito Giannotti. Além de fortalecer a luta feminina e oferecer importantes ferramen-

tas para o crescimento da mulher na sociedade e no contexto em que convive, o curso realiza ações para lembrar, homenagear e fortalecer a história de lutas e conquistas das mulheres trabalhadoras. Esta foi a segunda edição do Curso oferecido pela Central Única dos Trabalhadores. Com este pensamento a Secretaria de Mulheres do Sinpro-DF promoverá em breve um cur-

so de oratória para as mulheres educadoras. O curso surgiu da deliberação do seminário Mais Mulheres no Poder. Mais Poder para as Mulheres, atividade promovida pelo Sindicato em novembro e que fez a discussão política para ampliar a participação das mulheres nos espaços de poder. Participaram do curso diretores do Sinpro-DF.

MULHERES NEGRAS CONDUZEM DEBATE PARA SUPERAÇÃO DO RACISMO E SEXISMO

Voz, vez e protagonismo das mulheres negras. Essa foi a tônica do Seminário e Oficina para Gestoras e Gestores de Promoção da Igualdade Racial e de Política para as Mulheres, promovido dos dias 10 a 12 de maio pelas Nações Unidas e governo brasileiro através do Programa Interagencial de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia. O evento tratou durante do racismo e do sexismo institucionais na administração pública e as oportunidades de interface das dimensões de gênero e raça no processo de gestão das políticas públicas.

Ativista do movimento negro e feminista, a gestora Luiza Bairros apresentou o trabalho desenvolvido pela Sepromi para as comunidades quilombolas da Bahia e na área de enfrentamento à violência contra a mulher. “Quem faz o governo se mexer é a sociedade. Nosso problema não é só orçamento, mas entender o lugar que ocupamos na estrutura como um todo e aumentar o nosso grau de incidência”, disse a gestora.

PERVERSA COMBINAÇÃO: RACISMO E SEXISMO

Percorrendo dados que demonstram na prática a combinação do racismo e do sexismo institucionais, Jurema Werneck, coordenadora de Criola – Organização de Mulheres Negras, listou as áreas em que a vida e a morte das

mulheres negras estão nas mãos dos gestores. “A visão de que somos todos iguais não salva a vida de todos de forma igual. Na campanha do desarmamento, porque não foram recolhidas as armas que salvariam as vidas das mulheres negras?”, questionou.

RACISMO INSTITUCIONAL

Jurema Werneck lembrou o conceito de racismo institucional formulado, em 1960, pelos Panteras Negras (grupo de ativistas negros dos Estados Unidos), para os quais significava a falha coletiva de uma organização em prover serviços apropriados e profissionalizados às pessoas por sua condição racial e étnica. Parafraseando Gary King no destaque às leis e às políticas públicas de combate o racismo, a ativista brasileira encerrou sua apresentação dizendo que “ninguém por vontade própria vai mudar o status quo”, por serem pessoas e organizações que se beneficiem do racismo refratárias à superação de um sistema de opressão e exclusão baseado na superioridade racial.

Comentarista das apresentações, Sueli Carneiro, diretora de Geledés - Instituto da Mulher Negra e uma das fundadoras do movimento de mulheres negras brasileiras nos anos 1980, avaliou o cenário do debate racial no Brasil marcado por “uma reação conservadora violenta e midiática sobre as políticas de ação afirmativa e com impacto sobre a gestão das

políticas focalistas e a agenda das mulheres negras”. Para ela, a situação está mais tensa do que há cinco anos. “Há manifestações impensáveis como no caso do senador que na Suprema Corte brasileira afirmou que não houve estupro colonial e sim relações consensuais e tudo isso em meio a tolerância pública”, lembrou.

DESAFIOS DE UM NOVO DISCURSO

De acordo com Sueli Carneiro, o desafio é vencer barreiras porque não é possível “falar de desigualdade racial sem falar de racismo, ao mesmo tempo que não dá pra falar de desigualdade de gênero sem falar de sexismo”, alertou.

A filósofa e feminista negra considera que existem pelo menos duas narrativas que negam o conflito racial no Brasil. “O mito da democracia racial tenta neutralizar e abafar o racismo. O paradigma de classe tenta retirar nossa identidade negra. Segundo ele, quando pobres, deixamos de ser negros”, analisou. Sueli percebe a necessidade de construção de um marco teórico e conceitual que “nos possibilite disputar na sociedade a hegemonia de discurso”, o que é fundamental para a “compreensão das políticas focalizadas versus universalistas no sentido de promoção e não de tutela”, completou Sueli Carneiro. (Fonte: Unifem - Fundo do Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher).